

DOI: <https://doi.org/10.30749/2177-8337.v25n52p7-8>

APRESENTAÇÃO

A Seção Judiciária do Rio de Janeiro, SJRJ, em parceria com a Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, TRF2, apresenta a 52ª Edição da Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, intitulada "O Local e o Global", com artigos que abordam temáticas variadas. Esta edição possui 5 (cinco) trabalhos (ainda) editados remotamente, que levam ao leitor importantes debates no campo do Direito.

Abrindo a edição, temos o artigo **Direito Penal da Seguridade Social e Direito Penal Previdenciário: contributo para sua delimitação frente ao Direito Penal Econômico**, que aborda os crimes contra a Seguridade Social, que podem ser chamados também crimes previdenciários, discutindo qual o status epistemológico do direito penal da Seguridade Social; se se trata de uma disciplina autônoma ou, quiçá, um ramo do direito penal econômico.

O artigo **Uma análise crítica acerca da possibilidade de redução da imputabilidade penal no direito brasileiro** propõe, a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988 e de legislação pertinente, uma análise da legitimidade na redução da imputabilidade penal, hoje fixada aos 18 anos, analisando princípios e normas relacionados.

Direitos da pessoa com deficiência e seus avanços jurídicos e sociais apresenta um estudo sobre o tema sob uma aparente evolução dos direitos humanos na perspectiva da pessoa com deficiência e analisa o contexto da evolução dos direitos humanos e se tal evolução abrange ou dá subsídios para a delimitação da normatividade da inclusão para a pessoa com deficiência.

A autonomia privada na cessão de direitos hereditários e o direito de preferência analisa o regime jurídico da cessão de direitos hereditários, apresentando a indivisibilidade da herança e a responsabilidade dos herdeiros pelas dívidas hereditárias, passando para análise do conceito, do objeto, dos requisitos, das condições e dos limites da cessão de direitos hereditários no Código Civil de 2002 e, por fim, aborda o direito de preferência dos coerdeiros.

DOI: <https://doi.org/10.30749/2177-8337.v25n52p7-8>

O artigo **Indeferimento de tutela provisória requerida pelo autor: concessão de tutela jurisdicional em favor da parte adversa por via indireta?**, a partir do entendimento do instituto da jurisdição como um dos alicerces do Direito Processual Civil, visa a aferir se o indeferimento de pedido de tutela provisória formulado pelo autor consiste, por via indireta, na concessão de tutela jurisdicional em favor da parte adversa.

Desejamos aos nossos autores e leitores uma boa leitura e muita saúde.

Os Editores